

Candido Baptista de Oliveira: o idealizador do Observatório do Rio de Janeiro

Candido Baptista de Oliveira: the mastermind of the Observatório do Rio de Janeiro

José Adolfo S. de Campos | Observatório do Valongo/UFRJ

adolfo@ov.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0003-4543-2280>

RESUMO Quem teve a ideia inicial de criar um observatório no Rio de Janeiro? Para alguns pesquisadores ele foi criado por iniciativa pessoal do imperador Pedro I, por meio do decreto de 15 de outubro de 1827; já para outros seria o resultado de uma decisão do Governo Imperial. O autor da ideia do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro foi Candido Baptista de Oliveira, homem ilustre dedicado à ciência e que esteve a serviço do Brasil em diversas funções administrativas e diplomáticas. A sua memória sobre a criação do "Observatório Central do Brasil", por ele encaminhada ao Governo Imperial em abril de 1827, foi o início das discussões para a criação do Observatório do Rio de Janeiro.

Palavras-chave Candido Baptista de Oliveira – Imperial Observatório – observatório militar.

ABSTRACT *Who had the initial idea of creating an observatory in Rio de Janeiro? For some researchers it was created on the personal initiative of Emperor Pedro I through the law of October 15, 1827, while for others it was result of a decision of the Imperial Government. The author of the idea for the Astronomical Observatory of Rio de Janeiro was Candido Baptista de Oliveira, an illustrious man dedicated to science who was represented Brazil in administrative and diplomatic roles. His memory on the creation of the "Central Observatory of Brazil", which he forwarded to the Imperial Government in April 1827, was the beginning of the discussions around the creation of the Observatory.*

Keywords *Candido Baptista de Oliveira - Imperial Observatory - military observatory.*

Introdução

No início do sec. XIX, em decorrência da vinda da Corte para o Rio de Janeiro, o Brasil iniciou o processo de construção de suas instituições, após séculos de deliberado abandono e descaso por parte de Portugal. Com a súbita transformação de Colônia em sede do Reino, ficou evidente a falta de pessoal mais capacitado para atender as necessidades mais básicas, em especial quanto à segurança territorial, obrigando dom João VI a transferir a Academia Real dos Guardas-Marinhas para o Rio de Janeiro (1808) e a criar quase de imediato a Academia Real Militar (1810), a fim de suprir as deficiências visíveis de um Exército e Marinha desorganizados, mal treinados e sem oficiais habilitados para comando. Além disso, havia uma demanda premente por engenheiros, porque se precisava construir estradas, portos, pontes, obras de saneamento, fortificações para defesa e demarcar as fronteiras do imenso território, cujos limites estavam sempre sendo postos em discussão, em especial pela Coroa espanhola.

As duas academias militares desempenharam um papel importante na solução dos problemas ao atuarem na formação de pessoal de nível superior de que tanto o Brasil necessitava. Coube a Academia Real dos Guardas-Marinhas (ARGM) instruir os oficiais que comandariam a Marinha do Brasil e que tinham como missão primeira fazer o mapeamento da imensa costa brasileira. Para formação de seus oficiais, a ARGM oferecia um curso “matemático” com duração de três anos, que tinha no seu último ano lições de trigonometria esférica e astronomia esférica, com um tempo dedicado à prática de observações astronômicas.

Já à Academia Real Militar (ARM) coube instruir os oficiais superiores, que comandariam o Exército, e formar engenheiros militares, engenheiros geógrafos e topógrafos que seriam responsáveis pelas obras públicas e pela demarcação das fronteiras do Brasil. A ARM oferecia um curso de sete anos de duração para formação de “Oficiais de Artilharia, Engenharia e ainda mesmo Oficiais da classe de Engenheiros Geógrafos e Topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, de caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas”.¹ Esse curso se encontrava dividido em dois ciclos: o curso “matemático”, inicial, com quatro anos seguindo-se o curso “militar”, com três anos de duração. No quarto ano do seu curso “matemático” os alunos da ARM tinham lições de trigonometria esférica, astronomia esférica e geodésia, havendo também a previsão de prática de observações em um observatório.

A posição absolutamente contrária da Corte à instalação de cursos superiores de qualquer natureza no Brasil, com receio de que isto apressasse a luta pela independência da Colônia, atrasou o desenvolvimento da educação do povo e a implantação de instituições científicas. Para Elias et al. (2017, p. 160) “a institucionalização da Ciência no Brasil não era do interesse da Coroa portuguesa”, pois houve sempre uma forte oposição à implantação de universidades no Brasil (Campos e Santos, 2011a) e um intenso controle sobre a circulação de livros.

Os filhos da elite brasileira eram enviados a Portugal, para estudar, na Universidade de Coimbra,² que oferecia cursos nas faculdades de teologia, de cânones, de leis, de medicina e,

1 Objetivos da Academia Real Militar, expressos na Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 (Império do Brasil, 1810, p. 232).

2 Entre 1586 e 1822, o ano da Independência, foram matriculados 2.464 estudantes brasileiros, dos quais houve 75 doutorandos (Elias, Martins, Moreira, 2017, p. 161).

somente a partir de 1772, nas faculdades de matemática e de filosofia natural.³ Candido Baptista de Oliveira⁴ foi um exemplo destes estudantes que se destacaram na vida.

Quando chegou em Coimbra em 1820, Candido Baptista matriculou-se no curso de matemática, onde teve um desempenho brilhante (*Relação...*, 1822, p.1930-1931), obtendo o título de bacharel em matemática em 1824 (Macedo, 1865, p. 353). O curso matemático tinha duração de quatro anos e o quarto ano era dedicado ao ensino de astronomia, que estava dividido em duas cadeiras autônomas (Silva, 2013, p. 12): astronomia teórica⁵ e astronomia prática. A criação da cadeira de astronomia prática foi o resultado da construção do Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra, que começou a funcionar de fato somente em 1799 (Figueiredo, 2013, p. 43). Assim, Candido Baptista teve oportunidade de entrar em contacto com a astronomia prática, tendo se encantado de tal modo que resolveu ir para Paris em 1825 para cursar algumas cadeiras na Escola Politécnica (Fourcy, 1826, p. 389) e acompanhar o curso de "astronomia popular" que o astrônomo François Arago apresentava desde 1813,⁶ com enorme sucesso, para uma audiência de pessoas do povo, sem qualquer qualificação prévia. O sucesso de Arago, que ultrapassou fronteiras, deveu-se às suas qualidades didáticas e sua eloquência e magnetismo pessoais, dominando completamente a atenção da plateia (Christen, 2014, p. 10).

Durante seu período em Paris, Candido Baptista tornou-se amigo de Arago, que era secretário do Observatório de Paris desde 1804 e um astrônomo com inúmeros trabalhos relevantes. Possivelmente Arago lhe apresentou a estrutura e o funcionamento do Observatório, que era uma instituição de caráter nacional, muito diferente do da Universidade de Coimbra, que era restrito ao âmbito da pequena comunidade universitária. Candido Baptista, com o entusiasmo e energia da juventude (26 anos) teve a ideia de propor algo semelhante a um observatório nacional para ser implantado no Rio de Janeiro, que chamou de "Observatório Central do Brasil", e que acreditava ser necessário já que, pelo que sabia, havia demandas que os dois pequenos observatórios ligados às academias militares não teriam condições de atender, ainda mais que só existiam no papel dos regimentos.

3 Os cursos de matemática e filosofia foram criados como consequência da promulgação dos novos estatutos da Universidade de Coimbra, em 1772.

4 Nasceu em Porto Alegre em 15 de fevereiro de 1801, foi para Portugal em 1820 e se instalou em Coimbra, onde fez o curso de matemática (1820-1824). Em 1825 vai para Paris para aperfeiçoar-se, frequentando por dois anos cursos da Escola Politécnica, com a permissão do governo francês (Macedo, 1865, p. 353). Em um desses cursos tornou-se aluno e amigo do célebre astrônomo François Arago (1786-1853). Em 14 de janeiro de 1827 retorna ao Rio de Janeiro, sendo nomeado imediatamente lente substituto da Academia Militar e mais tarde lente catedrático de mecânica racional, tendo se aposentado em 1847. Foi eleito deputado (1830-1833) pelo Rio Grande do Sul e foi escolhido depois como senador vitalício (1850-1865) pelo Ceará. Exerceu intensa atividade na administração do Império. Foi inspetor-geral do Tesouro Nacional, ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro da Fazenda, ministro da Marinha e presidente do Banco do Brasil dentre outros cargos. Atuou como diplomata em postos na Rússia, na Áustria e na Itália. Faleceu em 26 de maio de 1865 a bordo de um vapor nas costas da Bahia.

5 No início do século XIX, a astronomia se encontrava dividida entre a mecânica celeste (astronomia teórica), cujo foco era o estudo do movimento dos corpos celestes utilizando-se da teoria da gravitação universal proposta por Isaac Newton, e a astronomia esférica (astronomia prática), que procurava determinar por meio de observações as posições e movimentos dos astros, num dado instante de tempo e em um dado local na terra. As observações permitiam determinar as posições (latitude e longitude) de pontos sobre a superfície da Terra e conseqüentemente fazer a confecção de mapas territoriais e/ou no mar, usando os métodos da astronomia esférica.

6 O Bureau de Longitudes convidou Arago para dar as palestras (Christen, 2014, p. 10).

Os observatórios militares do início do século XIX no Rio de Janeiro

Na década de 1820, o Rio de Janeiro era a sede dos dois únicos estabelecimentos no Brasil que tinham ligação com astronomia: a Academia Real dos Guardas-Marinhas e a Academia Real Militar. A astronomia ensinada nas duas academias militares era somente a sua parte utilitária, voltada para a determinação das coordenadas geográficas de pontos sobre a superfície seja na terra ou seja no mar, usando observações de astros e os métodos da astronomia esférica (também conhecida como astronomia de posição), que envolvia o aprendizado prévio de trigonometria esférica e a prática de observações com instrumentos (necessitando de um observatório). Por isso, nos estatutos das duas academias havia a previsão de se ter um pequeno observatório para que os alunos pudessem praticar e a sua ausência prejudicava sobremaneira os resultados.

Havia observatórios em funcionamento regular nas três décadas iniciais do século XIX no Rio de Janeiro? A resposta é um não taxativo. Mas, e as práticas de observação previstas nos estatutos das academias?

A Academia dos Guardas-Marinhas veio na nau Dom Henrique trazendo o seu comandante José Maria Dantas Pereira, um secretário, dois lentes (professores) e mais 15 alunos, chegando ao Rio de Janeiro em 17 de janeiro de 1808. Em maio (Império do Brasil, 1808) por ordem de dom João VI, ela passou ocupar as instalações da Hospedaria do Convento de São Bento “provisoriamente” até que se encontrassem instalações mais adequadas. A Academia permaneceu “provisoriamente” na Hospedaria até 1839, com exceção dos anos de 1832 e 1833, quando se mudou para o Largo de São Francisco em razão de sua reunião temporária com a Academia Real Militar. Seu curso “matemático” iniciou-se ainda no primeiro semestre de 1808, com aulas na Hospedaria.⁷

Em Lisboa, a ARGGM tinha o Observatório Real da Marinha (ORM) como responsável pelas práticas de astronomia para os seus oficiais. Conforme dito no estatuto do Observatório, “a principal finalidade do Observatório era ministrar aos alunos que frequentassem as aulas de Astronomia e Navegação os conhecimentos indispensáveis para sua utilização, o que foi feito através do chamado Curso de Lições Práticas.”⁸ Os instrumentos do ORM foram herdados pela ARGGM quando da transferência da academia, sendo a maioria trazida para o Rio de Janeiro.⁹ Os instrumentos chegaram e não puderam ser instalados por falta de espaço no convento, isto é, a ARGGM tinha os instrumentos e sabia como usá-los, mas não tinha espaço.

Em 19 de novembro de 1823, o comandante da ARGGM Diogo Jorge de Brito, enviou ao ministro da Marinha um relatório descrevendo o estado em que se encontrava a Academia e no qual mostrava que devido à falta de lugar próprio:

7 Para maiores detalhes ver (Campos e Santos, 2011b).

8 Estatutos do Observatório Real da Marinha, de 23 de julho de 1799 (apud Reis, 2009, p. 36).

9 Em 31 de janeiro de 1810, a charrua Princesa Real saiu de Lisboa com destino ao Rio de Janeiro trazendo alguns instrumentos do Observatório e a Biblioteca. O destino da maioria dos instrumentos é ignorado, mas sabe-se que chegaram ao Rio de Janeiro, bem como a Biblioteca da Marinha.

[...] não havia meio algum de industrializar os discípulos na prática de *observações astronômicas*, cujos instrumentos se achavam mui deteriorados pelo desuso e mau tratamento tanto aqui, quanto no transporte de Portugal. [...] A vista do que pedia que se fizesse adicionar com urgência, mais alguma parte do Convento para os arranjos acadêmicos, a fim de assentar convenientemente o *Observatório* [...] e igualmente colocar a livraria no mesmo recinto Acadêmico (destaques nossos).¹⁰

As solicitações não foram atendidas e condições do alojamento continuaram muito precárias, conforme se lê no *Relatório do Ministério da Marinha*, de 1828 (Relatório ..., 1828):

Esta Academia reduzida a ocupar unicamente um ângulo do Convento de S. Bento, já não tem aulas que acomodem o crescido número de alunos que correm a matricular-se, não tem sala para exercícios militares da Companhia, não tem casa para livraria, *não tem observatório* (destaque nosso).

No relatório ministerial para o ano de 1829 (Relatório..., 1829), o novo ministro da Marinha Francisco Vilela Barbosa continua a lamentação ao descrever a situação da Academia.

Ninguém acreditará que as aulas da Academia Imperial dos Guardas-Marinha, [...] são, três cubículos de um Mosteiro, cobertos de telha vã, e sem capacidade, de sorte que em alguns anos tem sido preciso repetir-se a leitura da 1a cadeira por causa do grande concurso de discípulos e *o seu observatório astronômico uma janela donde apenas se descobre uma pequena parte do céu* (destaque nosso).

Em 1832, Academia dos Guardas-Marinhas foi incorporada à Academia Militar (Império do Brasil, 1832) e, como consequência, os instrumentos do Observatório foram transferidos para o prédio da Academia Militar, no Largo de São Francisco, de onde nunca voltaram (Marinha, 1855). A incorporação da AGM foi desfeita no final de 1833 (Império do Brasil, 1833), retornando ao *status quo* anterior.

Ou seja, as práticas de observação não eram feitas como deviam ser, embora os lentes da AGM tivessem domínio da teoria e experiência em observações, quando em Portugal.¹¹

A Academia Real Militar, criada por proposta de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, tinha um projeto mais ambicioso de formação de pessoal especializado, não somente de engenheiros militares, mas também de engenheiros geógrafos e topógrafos, além de oficiais para as diversas áreas do Exército. Iniciou suas aulas em abril de 1811 na Casa do Trem, situada na Ponta do Calabouço e que foram transferidas quase que imediatamente em 1812, para um prédio no Largo de São Francisco, que originalmente era destinado à Sé Nova.¹² O seu currículo refletia a diversidade de propósitos que se pretendia e se estendia por sete anos, divididos em dois ciclos: começando com um ciclo de quatro anos destinado ao estudo de ciências matemáticas e de observação – curso matemático, continuando depois com um ciclo de três anos dedicados as ciências militares – curso militar. O quarto ano do curso matemático era ocupado pelo estudo

10 Arquivo da Marinha. *Livro Mestre da Cia. dos Guardas-Marinhas*, n. 16.665 (apud Scavarda, 1955, p. 207).

11 Relatório dos exercícios práticos feitos pelos alunos no Observatório Real da Marinha (Observatório da Marinha, 2002).

12 Ver: Campos, 2012, p. 69-91.

da trigonometria esférica, da astronomia e suas aplicações à geodésia.¹³ O primeiro lente da cadeira foi Manoel Ferreira de Araújo Guimarães.¹⁴

O Regimento da ARM também previa a realização de práticas de observação em observatório próprio, porém, este observatório só existiu no papel até a criação do Imperial Observatório, em 1845. Existem informações de que teria havido observações esparsas feitas na Praia Vermelha (Robba, 2011, p. 82), no entanto elas foram feitas em “pontos de observação” e não em “observatórios”.¹⁵

Na realidade, os observatórios previstos não foram construídos e os alunos das duas academias tinham “a teoria da prática e não a prática da teoria”.

A Memória apresentada por Candido Baptista de Oliveira

O breve espaço de tempo decorrido entre a sua chegada ao Rio de Janeiro (14 de janeiro) e o encaminhamento da *memória* ao ministro do Império José Joaquim Carneiro de Campos (em fins de maio), cerca de quatro meses, indica que Candido Baptista já chegou com o texto maturado e pronto para encaminhamento ao Governo Imperial. A Memória apresentada se baseia na experiência de Candido Baptista como aluno do curso matemático no Observatório de Coimbra e na interlocução privilegiada com Arago, considerado uma pessoa aberta à troca de ideias¹⁶ e adepto das “luzes” como ele. É muito provável que Arago tenha dado sugestões na preparação do texto da *Memória* propondo a criação do Observatório Central do Brasil. O ministro do Império enviou a “*Memória sobre o estabelecimento de Observatório no Rio de Janeiro por Candido Baptista de Oliveira, Lente da Imperial Academia Militar e Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros*”, à Câmara dos Deputados para apreciação, em 29 de maio (Câmara dos Deputados, 30 maio 1827).

A *Memória*¹⁷ se apresentava dividida em duas partes: o “Discurso preliminar” e o “Plano para o estabelecimento de um observatório. O “Plano”, por sua vez, estava dividido em quatro “títulos”, a saber: Estabelecimento do Observatório; Trabalhos do Observatório, Direção e Inspeção do Observatório; e Empregados do Observatório, sua nomeação e ordenados respectivos.

No “Discurso preliminar”, Candido Baptista primeiro apresentava a importância de um observatório para uma Nação. Em síntese:

- a. Apontou o uso da astronomia para *navegação* como justificativa prioritária e se a Nação não tiver regiões marítimas, então que seu uso seja “especialmente destinado à cultura e ao aperfeiçoamento da Astronomia Física”.¹⁸

13 Carta de Lei de 4 dez. de 1810 (Império do Brasil, 1810, p. 236-237).

14 Segundo (Carolino, 2012) ele foi nomeado lente substituto da Academia Real dos Guardas-Marinhas em 1801; embarcou na nau Princesa da Beira, onde deu aulas de astronomia teórica e prática (1802); transferiu-se para a Academia Militar (1811); autor do primeiro livro de astronomia impresso pela Imprensa Régia no Brasil, *Elementos de Astronomia para uso dos alumnos da Academia Real Militar* (Guimarães, 1814).

15 Um “observatório” é constituído por construções destinadas a proteger e armazenar os instrumentos em posições fixas, enquanto que “ponto de observação” é uma instalação temporária onde os instrumentos têm de ser removidos de suas posições diariamente para guardá-los. Por exemplo, um telescópio colocado numa praça.

16 Seu sucessor na direção do Observatório de Paris – Le Verrier – era arrogante e intratável (Campos, 2008).

17 Texto integral da *Memória* (Plano..., 1828).

18 Termo usado no século XIX para designar a parte da astronomia que se preocupava com as propriedades físicas das estrelas, nebulosas, planetas, satélites e cometas. Hoje em dia denomina-se essa área de astrofísica.

Este é um argumento inovador diante dos interesses restritos da astronomia portuguesa no início do século XIX, cujo objetivo resumia-se à aplicação de métodos da astronomia esférica para a cartografia e a navegação. Certamente a menção à astronomia física decorreu do contato que Candido Baptista teve com astrônomos franceses, alemães e ingleses e de ver os primeiros passos da espectroscopia, durante a sua permanência em Paris;

- b. Apresentou a astronomia como sendo uma ciência indutora do “estudo aprofundado das outras ciências, de que esta depende;” e que seus preciosos dados são utilmente aplicáveis à geografia, à cronologia¹⁹ e a usos na agricultura;
- c. Afirmou que se acrescer a este emprego da astronomia, “a aplicação desta ciência aos usos ordinários da navegação, um estabelecimento de semelhante natureza tornar-se indispensável a uma Nação, cuja marinha mercante e de guerra tenham já adquirido um certo grau de adiantamento”.

Para reforçar os seus argumentos sobre a relevância dos observatórios mencionou os trabalhos desenvolvidos no Instituto de Sagres, no Observatório de Greenwich e no Observatório de Paris, citando a criação do sistema métrico²⁰ como de importância fundamental, o qual se não fosse “combatido pela fútil emulação de umas Nações e pela vergonhosa ignorância de outras, duplicaria geralmente a prosperidade do Comércio”.

Então, Candido Baptista relacionou as considerações que o levaram a propor um plano para estabelecimento de um observatório no Rio de Janeiro:

- a. “O Brasil pela sua posição Geográfica, natureza de indústria e estado de civilização, reclama urgentemente a criação de um tal estabelecimento, cujos trabalhos reúnam ao conhecimento Geográfico do seu vasto território, a necessária instrução dos seus navegadores”;
- b. “A disseminação das luzes é a maior necessidade, que ora padece o nosso País; e que a vulgarização dos conhecimentos úteis é o meio mais direto, breve e eficaz para operar a civilização de um povo”. Por isto, “não limitei este plano aos simples trabalhos da prática ordinária dos observatórios. Reuni a estes uma nova espécie de trabalhos, consagrados à instrução pública. Tal é a redação e publicação anual de um Anuário Estatístico”.

Sob o título “Estabelecimento do Observatório”, o “Plano” propõe a construção de um prédio (ou a adaptação de um já existente) em local adequado para observações astronômicas e meteorológicas, que seria dotado de uma biblioteca que também serviria de arquivo para os trabalhos geográficos relativos ao Brasil, para observações e experiências tendentes ao aperfeiçoamento das ciências físicas e para todos os documentos estatísticos oriundos dos órgãos competentes. Outros dois pontos chamam a atenção: nele seriam depositados os padrões de pesos e medidas e o observatório teria, além dos instrumentos para observações astronômicas e meteorológicas, os aparelhos indispensáveis para as investigações em física e química.²¹

19 Ciência e técnica de utilização de regras baseadas na astronomia e em convenções próprias para estabelecer as divisões do tempo e a fixação das datas (Mourão, 1995, p. 207).

20 Em 12 de junho de 1830, o deputado Candido Baptista de Oliveira, apresentou projeto à Câmara dos Deputados para a adoção do sistema métrico francês, com exposição sobre as vantagens desse sistema decimal propondo inclusive a compra de padrões à França (Câmara dos Deputados, 12 jun. 1830, p. 6-8).

21 Candido Baptista viu a importância da aplicação dos conhecimentos da física e da química para decifrar a natureza dos astros. A astrofísica estava dando os primeiros passos no início do século XIX.

Observando-se os múltiplos usos que o prédio teria, a construção deveria ser bem grande para acomodar todo o previsto e bastante custosa.

Os “Trabalhos do Observatório” seriam divididos em três classes de atividades: trabalhos ordinários, trabalhos de investigação e trabalhos de instrução pública. Na realidade, essa divisão procurou contemplar todas as atividades que o observatório realizaria: prestação de serviços, apoio ao ensino público e desenvolvimento de pesquisas.

Os “trabalhos ordinários” seriam de prestação de serviços: a) observações astronômicas e meteorológicas diariamente feitas; b) composição de um anuário astronômico nos moldes do *Nautical Almanach* de Londres ou do *Connaissance des Temps* de Paris, acrescidos dos dados necessários aos usos da navegação e geodésia, e que contivesse uma breve exposição do sistema de mundo e da física geral do nosso globo; c) verificação dos padrões de pesos e medidas destinados para modelos legais no Brasil; d) construção dos trabalhos geodésicos relativos ao Brasil.

Os “trabalhos de investigação” compreenderiam a parte científica, o desenvolvimento da ciência: a) observações astronômicas e meteorológicas de cuja exatidão depende a retificação de dados físicos e constantes que entram na construção de tábuas astronômicas; b) experiências de física e química tendentes ou a verificar uma teoria já probabilizada ou a descobrir novos fatos; c) redação de um plano segundo o qual se façam observações e experiências sobre os fenômenos naturais; d) viagens à qualquer ponto do globo, com o fim de fazer observações, experiências ou investigações que não podem ter lugar no local do Observatório.

Candido Baptista sonhou alto demais considerando as condições pré-existentes no Brasil, no tocante a pobreza franciscana de pessoal especializado e de recursos financeiros.

Para atender a disseminação das luzes, os “trabalhos de instrução pública” compreenderiam o apoio as atividades de ensino e de educação:

- a. Composição de um anuário estatístico. O anuário estatístico seria uma miscelânea que teria tábuas de interesse astronômico tais como posições do Sol e da Lua, breve exposição do sistema de mundo, breve história das ciências físicas, noções elementares de cronologia, resumo da história política do Brasil, dados de geografia e estatística das províncias, além de mapas geográficos;
- b. Realização de cursos públicos. Seriam oferecidos dois cursos populares a serem ministrados sob a responsabilidade do Observatório – um de física e outro de química. Nas suas palavras:

O curso de Física terá por objeto uma breve, simples e clara exposição dos fenômenos mais importantes da Física Experimental, com aplicação aos usos da vida; e dos fatos principais da Astronomia Física, quanto seja bastante para dar ao comum do povo uma ideia clara do sistema do mundo, com aplicação à Geografia, Cronologia e à derivação do sistema métrico [...].

O curso de Química terá por objeto expor os fatos mais simples e interessantes da Química Mineral, Vegetal e Animal com aplicação às artes. (Plano..., 1828).

Esta ideia é claramente inspirada nos “cursos populares” que Arago ministrava desde 1813, e que eram acompanhados por pessoas de todas as classes sociais e níveis culturais.

Nesse item há uma ausência clara, que parece ser proposital, de apoio aos alunos das escolas militares para sua capacitação em práticas de observação. Candido Baptista parece considerar

que os observatórios das escolas deviam estar funcionando para proporcionar o treinamento prático básico, o que efetivamente não ocorria, e que essa função não era atribuição de um observatório de caráter nacional.

Com relação a administração do observatório, objeto dos títulos três “Direção e inspeção do Observatório” e quatro “Empregados do Observatório, sua nomeação e ordenados respectivos” Candido Baptista propôs que:

- a. A Direção do Observatório seja feita por um Conselho composto pelos empregados do estabelecimento, que teria um presidente e um secretário ambos da mesma corporação;
- b. O Conselho e o Observatório estarão subordinados ao Ministério da Repartição dos Negócios do Império;
- c. Os cinco empregados nos trabalhos científicos serão membros do Conselho. Os membros do Conselho serão nomeados imediatamente pelo Governo e todos os outros pelo Conselho, com a aprovação prévia, porém do Governo.
- d. Dois astrônomos (o de investigação e outro) e os respectivos adjuntos habitarão o Observatório.

Esta é uma proposta liberal quando comparada à praxe adotada na época, mas não se iludam, as eventuais modificações só teriam efeito com a aprovação do Governo.

Olhando o quadro de distribuição e número de funcionários (Quadro 1) nos parece que é muita responsabilidade e muito trabalho para apenas cinco pesquisadores e talvez mais cinco adjuntos. Na realidade do Rio de Janeiro da década de 1820, havia falta de pessoal qualificado mesmo para preencher estas poucas vagas.

Quadro 1: Distribuição prevista para os funcionários do Observatório

Função	Nº	Objetivo
Astrônomo	1	Trabalhos de investigação em astronomia física e física experimental
Astrônomos	2	Destinados aos trabalhos ordinários
Geômetra	1	Participar das atividades científicas
Químico	1	Participar das atividades científicas
Artista	1	Destinado aos trabalhos mecânicos, execução e conserto de aparelhos
Adjuntos	5?	Destinados a coadjuvarem os cinco primeiros e serem empregados utilmente nos serviços públicos. Número a ser fixado pelo Conselho
Serventuários	?	Número a ser fixado pelo Conselho

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações contidas na *Memória* (Plano..., 1828).

Trâmites legislativos das Câmaras dos Deputados e dos Senadores

Em 1827 o Império do Brasil vivia um período de instabilidade social, política e econômica devido aos reflexos da Guerra da Independência, de revoltas populares e da Guerra Cisplatina. A ideia da criação de um observatório astronômico, uma instituição voltada principalmente para a pesquisa, era ousada e ambiciosa considerando-se as condições econômicas precárias do Império e a falta de material humano capacitado para o exercício de tal atividade. A AGM

e a ARM eram as únicas instituições formadoras de pessoal com capacitação básica na área, mesmo assim voltadas para aplicações práticas à navegação e à geodésia. Devido a estes fatores a proposta encontrou resistências da parte de alguns deputados (Câmara dos Deputados, 14 de jul. 1827, p. 696-701) e senadores (Câmara dos Senadores, 27 set. 1827, p. 635-636).

A Câmara dos Deputados recebeu a *Memória* no dia 29 de maio de 1827 e a encaminhou para a Comissão de Instrução Pública, que a devolveu com parecer favorável em 19 de junho (Parecer..., 1827, p. 106).

A comissão de Instrução Pública examinando a memória sobre o estabelecimento de um observatório no Rio de Janeiro oferecida pelo capitão do Imperial Corpo de Engenheiros Candido Baptista de Oliveira ao Exmo. ministro de Estado e Negócios do Império, e por este remetido a esta Câmara em ofício de 27 de maio do corrente ano; é de parecer que sobre a dita memória se tome uma resolução definitiva, que a comissão oferece junta: por ser de absoluta necessidade um tal estabelecimento, e por oferecer o seu arranjo grandes vantagens ao Império do Brasil, com não pequena honra aos talentos, e patriotismo do seu autor, que bom seria ser imitado por outros brasileiros em benefício da causa pública.

Paço da Câmara dos Deputados, 15 de junho de 1827. – Januário da Cunha Barbosa – José Cardoso Pereira de Mello – José Ribeiro Soares da Rocha – Diogo Antonio Feijó – Antonio Ferreira França.

O debate sobre a resolução ocorreu na sessão de 14 de julho de 1827, envolvendo dez deputados (o nome usado na transcrição dos debates está em itálico): Antônio Francisco de Paula de *Hollanda Cavalcante* de Albuquerque, visconde de Albuquerque – militar e proprietário rural; Bernardo Pereira de *Vasconcellos* – jornalista, juiz de fora e jurista; Francisco de *Paula e Sousa* Mello – agricultor e nobre; Januário da *Cunha Barbosa* – orador sacro, historiador, jornalista, poeta e biógrafo; José Antônio da Silva *Maia* – visconde de Valença - graduado em direito em Coimbra; José *Clemente Pereira* – magistrado; José *Lino* dos Santos *Coutinho* - médico e poeta; José Ribeiro Soares da *Rocha* – padre católico e formado em direito; Manuel *Odorico* Mendes – tradutor, poeta, publicista e humanista; Raimundo José da *Cunha Mattos*- militar, marechal de campo, historiador.

Na abertura das discussões, o deputado Cunha Mattos perguntou “o Governo fica autorizado para fazer levantar o Observatório. Mas a quem se há de encarregar essa empresa?” e argumenta que a pessoa a quem for confiada a tarefa “deve ter muita prática destes negócios” e a direção da obra deve ser entregue a quem esteja diretamente interessado no seu término, concluindo que devia ser entregue a direção a Candido Baptista de Oliveira e propôs “uma consignação anual de 4:000\$000 réis visto que as nossas circunstâncias não se acham tão adiantadas, que possamos logo levantar” a obra. O deputado Rocha acrescentou “o estabelecimento ficando debaixo da inspeção do Ministro do Império”. O deputado Cunha Barbosa discordou da colocação do nome de Candido Baptista, dizendo que “não posso jamais concordar em que seja entregue a direção desta obra a um homem por ordem desta Câmara” dizendo que esta nomeação deve ficar com o ministro do Império.

O deputado Paula e Sousa questionou “a necessidade e não a utilidade” do Observatório, acrescentando que o estado das finanças do Tesouro “tem um grande déficit” e que haveria outros projetos mais relevantes, no que foi secundado pelo deputado Maia que, reconhecendo “que um Observatório é de grande utilidade e proveito para ciência Matemática e de muito proveito para

os trabalhos náuticos” propôs que não se fizesse já o Observatório, que se aguardasse a melhoria do estado das finanças do Tesouro. Paula e Sousa propôs ainda, em caso de criação, que se esperasse de 3 a 4 anos quando o estado das finanças seria melhor “havendo boa administração”.

Por outro lado, o deputado Cunha Mattos defendeu a criação citando as construções de observatórios feitas na Europa e na Ásia e “para darmos impulso às ciências Geográficas, Astronômica, Navegação”. O deputado José Lino Coutinho afirmou “que um Observatório é preciso no Brasil, porque o Brasil há de ser uma Potência Marítima, e não podemos ter bons Pilotos, que tenham teoria e prática do mar, sem observações astronômicas”. O deputado Hollanda Cavalcante defendeu que se olhasse para os fins de um Observatório porque “demais, não é só para observações Astronômicas e Meteorológicas que se estabelecem Observatórios; sem dúvida que eles são de muita utilidade à navegação” e “digo ainda mais, que mesmo a agricultura necessita muito deles” e lembra “como se há de dar um impulso às Ciências, de que nos resulta de tanta utilidade, se não for por meio deste Estabelecimento?”

O ponto que ensejou maiores debates foi o local onde seria instalado o Observatório. O deputado Lino Coutinho se opôs a sua criação na Corte, argumentando que o Observatório não serviria para nada se fosse instalado “na bacia do Rio de Janeiro, rodeada de montanhas e serras, cobertas de neblina e onde o céu é excessivamente inconstante” e “para se levantar um Observatório é preciso que haja uma grande escolha de Céu debaixo do qual se levanta”, indagando “Quantos dias, Sr. Presidente, se passarão no Rio de Janeiro, sem que se possa fazer uma só observação? Quantas noites carregadas de neblinas, em que não se possam descobrir as estrelas?” Hollanda Cavalcante defendeu a escolha argumentando “aqui [Rio de Janeiro] todos os dias chegam navios de guerra; aqui há os Oficiais de Marinha mais eruditos, esses tais, quais temos, temos aqui os Engenheiros mais hábeis, estes homens empregados em diferentes Estações poderão concorrer para fazer prosperar este Estabelecimento” e que a inconstância do tempo favoreceria as observações meteorológicas. O deputado Odorico disse temer que “deixando de cria-lo aqui, não se venha criar em parte nenhuma, por isso é que opino seja nesta Província”. Lino Coutinho contra-argumenta perguntando se “este Estabelecimento é Meteorológico ou Astronômico? Creio que Astronômico, para se observar os astros, e medir suas distâncias etc.: o fim principal é a Astronomia; e as observações Meteorológicas não são senão secundárias”.

No final, a Câmara dos Deputados aprovou a Resolução em 17 de julho de 1827 e à encaminhou à Câmara do Senado em 19 de julho. O texto final da Resolução na Câmara dos Deputados (17 jul., p.739) ficou:

A Assembleia Geral Legislativa do Império Resolve:

Art. 1º O Governo fica autorizado a criar no lugar, que achar mais apropriado, um Observatório Astronômico: o qual será dirigido, debaixo da inspeção do Ministro do Império, pelos Regulamentos, que oferecerem, de acordo, os Lentes das Academias Militar, e da Marinha com o Corpo de Engenheiros.

Art. 2º O Governo consignará anualmente do Tesouro Nacional a quantia de quatro contos de réis para este Estabelecimento. Paço da Câmara dos Deputados, 17 de Jul. 1827.

A Resolução foi recebida pela Mesa do Senado em 19 de julho e entrou na ordem do dia em 11 de agosto, sendo discutida em terceira discussão no dia 27 de setembro. Os senadores participantes do debate foram: Francisco Villela Barbosa, *marquês de Paranaguá* – militar, Bento Barroso Pereira – militar e engenheiro, Antonio Luiz Pereira da Cunha, *marquês de Inhambupe*

– desembargador e juiz de fora, Manuel Ferreira da *Câmara* Bittencourt Aguiar e Sá – engenheiro e *João Evangelista* de Faria Lobato – desembargador e juiz de fora.

As discussões no Senado se centraram na questão da oportunidade de se criar o Observatório e no orçamento previsto. O senador marquês de Paranaguá embora julgasse útil um observatório astronômico disse que só teria lugar um tal estabelecimento se tivéssemos uma universidade e complementa “Se nós ainda não temos um Observatório de Marinha capaz, segundo cumpre, para se adquirirem aqueles conhecimentos astronômicos mais necessários à Navegação, como já queremos tratar de cousas muito maiores?” e faz críticas à lei que, no seu entendimento, daria a direção conjunta do Observatório a pessoas subordinadas à ministérios diferentes – Marinha e Guerra, tudo sob a inspeção do ministério do Império e indaga “Que conflitos não resultarão de uma semelhante direção ou administração?”; solicita o adiamento da Resolução. O senador Barroso esclarece que “o que se incumbe aqui aos Lentes das duas Academias, é o de formarem o Regulamento de comum acordo, e não se diz que sejam eles os que administrem o Observatório”.

O marquês de Paranaguá diz “que se se pretende um Observatório, como deve ser, a quantia de quatro contos anuais é miserável e causa riso” e propõe uma emenda “que se assigne ao Governo 50 contos de réis para o edifício e quatro contos anualmente”. O marquês de Inhambupe não julga necessária uma tão grande consignação e argumenta “que em qualquer monte que se levante uma torre com uma sala espaçosa para se guardarem os instrumentos, está feito o Observatório” e propõe que se mantenha quatro contos anuais como diz a Resolução.

O Quadro 2 detalha o trâmite legislativo até a aprovação da Resolução pela Câmara dos Senadores e seu envio à sanção Imperial em 27 de setembro de 1827.

Quadro 2: Trajetória legislativa da Resolução que criou o Observatório Astronômico

Sessão	Diário (1)	Procedimentos
29 maio 1827	n.20, p.258	Ministro do Império manda ofício para Câmara dos Deputados com a <i>Memória</i>
30 maio 1827	n.20, p.258	Câmara recebeu ofício do visconde São Leopoldo com a <i>Memória</i>
30 maio 1827	n.20, p.258	Secretário Maia encaminhou à Comissão de Instrução Pública
31 maio 1827	n.21, p.269	Secretário Maia enviou ofício ao visconde S. Leopoldo dando conhecimento do encaminhamento
19 jun.1827	n.32, p.400	Comissão Instrução Pública dá parecer favorável e sugere que se tome uma Resolução definitiva – 15 jun. 1827.
11 jul. 1827	n.49, p.654	Ordem do dia: Resolução sobre observatório é a terceira na fila
12 jul. 1827	n.50, p.679	Ordem do dia: Resolução sobre observatório é a segunda na fila
13 jul. 1827	n.51, p.693	Ordem do dia: Resolução sobre observatório é a segunda na fila
14 jul. 1827	n.52, p.696	Discussão da Resolução pelos deputados – Aprovada – p.697-701
17 jul. 1827	n.54, p.739	Secretário Maia lê o texto da Resolução aprovada 17 jul. 1827
18 jul. 1827	n.55, p.751	Publicação do texto da Resolução aprovada na Câmara dos Deputados
19 jul. 1827	n.35, p.347	Encaminha ofício da Câmara dos Deputados para a Câmara dos Senadores
11 ago. 1827	n.44, p.462	Resolução do Observatório entra na ordem do dia em 5º lugar
17 ago. 1827	n.46, p.484	Entrou em discussão a Resolução e não houve quem impugnasse ficou aprovada para passar a última discussão.
25 set. 1827	n.62, p.633	Entrou na ordem do dia para a segunda discussão
27 set. 1827	n.63, p.635	Discussão da Resolução pelos senadores tendo sido aprovada – p.636
27 set. 1827	n.63, p.638	Senado participa à Câmara que enviou à sanção do Imperador a Resolução
27 set. 1827	n.63, p.639	Presidente do Senado entrega a Resolução ao ministro do Império para sanção

Refere-se aos *Diários da Câmara dos Deputados* ou aos *Anais da Câmara dos Senadores* (hachurado escuro). Quadro elaborado pelo autor.

No dia 15 de outubro de 1827 (Império do Brasil, 1827) foi sancionado o decreto imperial que criou um Observatório Astronômico:

Tendo resolvido a Assembleia Geral Legislativa, que se crie no lugar que se julgar mais apropriado, um Observatorio Astronômico, dirigido debaixo da inspeção do Ministro do Império, pelos regulamentos que oferecerem de acordo os Lentes da Academia Militar e da Marinha com o Corpo de Engenheiros, consignando-se anualmente do Tesouro Nacional a quantia de 4:000\$000 para o referido estabelecimento: Hei por bem, sancionando a mencionada resolução, que ela se observe, e tenha o seu devido cumprimento.

Os relatórios divergentes da Comissão de Lentes

Menos de um mês depois de ter o imperador sancionado o decreto de criação, o ministro do Império (visconde de São Leopoldo) inquiriu o ministro da Guerra (conde de Lajes), para saber a quantas andava o trabalho, recebendo a resposta que a Junta de Direção da Academia Militar e o comandante do Corpo de Engenheiros estavam prontos para receber as ordens sobre o Observatório. Em março de 1828, o comandante interino da Imperial Academia dos Guardas-Marinhas comunica que os lentes eleitos, da parte da Academia de Guardas-Marinhas, para a Comissão de Lentes prevista no decreto, eram Maximiano Antônio da Silva Leite (c. 1785 -1844) e José Gonçalves Victoria.²² A Comissão foi completada com Eustáquio Adolfo de Melo Matos (1795-1858), do Corpo de Engenheiros e Candido Baptista de Oliveira (1801-1865), lente da Academia Militar.

Em 24 de março foram dadas ordens à Comissão para o começo imediato das reuniões, e que ela se regulasse pelas instruções que seriam transmitidas pelo ministro do Império (Pedro de Araújo Lima), que formulou seis questões²³ sobre as quais a Comissão deveria externar o seu juízo: 1ª) Qual deve ser o local do Observatório? 2ª) Qual deve ser o plano do edifício, tendo-se em vista os trabalhos puramente astronômicos? 3ª) Qual a distribuição dos trabalhos deste estabelecimento? 4ª) Que empregados convém haver no estabelecimento e qual a maneira de se dirigirem no exercício de suas funções? 5ª) Qual o número e espécie de instrumentos? 6ª) Qual o orçamento das despesas necessárias para a construção do edifício, compra dos instrumentos e mais utensílios do estabelecimento?

A Comissão trabalhou celeremente e em dez dias apresentou dois relatórios em separado,²⁴ discordantes entre si. Um, dos membros da Academia Militar e do Corpo de Engenheiros (Amce) e outro (MAX) de Maximiano da Silva Leite da Academia dos Guardas-Marinhas. Os dois pareceres apresentam diferenças abissais no conteúdo e na filosofia de utilização do Observatório, cada um refletindo claramente a formação e experiências de vida de seus integrantes. As atividades desenvolvidas até 1828 por cada um dos lentes, mostram a enorme diferença entre eles, além da idade: Maximiano Silva Leite, que era o mais experiente e o mais velho com 43 anos,²⁵ formou-se na Academia dos Guardas-Marinhas, foi nomeado lente de matemática em dezembro de 1822, e fez o cálculo das efemérides e a observação do eclipse, que foi visível no

22 Parece que não participou efetivamente da Comissão, pois seu nome não consta dos relatórios apresentados.

23 Enviadas à Comissão em 7 de abril de 1828 pelo Ministério do Império (Morize, 1987, p. 43).

24 Relatórios apresentados em 17 de abril de 1828 (Morize, 1987, p. 40-46).

25 Idade estimada a partir de suas promoções na Academia, porque não se sabe ao certo a idade de Maximiano.

Rio de Janeiro em 16 de junho de 1825²⁶ e cujos resultados foram comunicados à Academia de Ciências de Lisboa (Leite, 1830); Eustáquio de Melo Mattos²⁷ com 33 anos, entrou na Academia Militar em 1808, formou-se na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra em 1820, tendo atuado em funções diplomáticas até 1827; Candido Baptista de Oliveira com 27 anos, formou-se na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra em 1824, foi nomeado lente interino da Academia Militar em 1827.

O relatório Amce é genérico e conciso até demais nas respostas a algumas das questões, refletindo a inexperiência no trato com questões instrumentais e do dia a dia de um observatório. Já o relatório MAX é muito detalhista em certas questões instrumentais e operacionais, refletindo a experiência de vida de Maximiano, que era um astrônomo observacional.

Quadro 3: Comparação entre os relatórios apresentados pela Comissão de Lentes

Q	Relatório Amce	Relatório MAX
1	Morro de Santo Antonio - Horizonte mais dilatado, custo de implantação baixo, abrir comunicação com a rua dos Barbonos.	Morro do Castelo ou de S. Bento – Horizontes mais desembaraçados e descobrem o mar, vantagem para a Navegação. Aviso: solo do Castelo é mole. Exige fundações mais sólidas.
2	Edifício dividido em 2 blocos: um destinado a trabalhos astronômicos e depósitos de instrumentos e outro para habitação dos empregados que residirão nas suas dependências.	Narrativa extremamente detalhista com planta do Observatório (cópia de Lalande, 1792), incluindo orientação no terreno e indicações onde colocar certos instrumentos na área.
3	Observações astronômicas e meteorológicas de prática ordinária, redação de um Anuário, quaisquer outros trabalhos que aprouver ao governo ou eles mesmos julgarem convenientes.	Destinar-se a um curso prático de astronomia para os alunos das academias, publicar a tradução de uma efeméride mais acreditada e quanto ao progresso da ciência dependerá da atividade e do zelo dos encarregados do Observatório.
4	Cinco empregados sendo três astrônomos, um guarda e um artista. O diretor e o guarda habitarão o Observatório.	Quatro empregados sendo dois astrônomos e dois guardas.
5	Uma luneta meridiana, 1 círculo mural, 1 máquina paraláctica, 6 lunetas de diferentes grandezas, 2 círculos repetidores, 2 círculos de reflexão, 1 sextante, 2 esferas (celeste e terrestre), 1 pêndula, 2 cronômetros e 2 bússolas (de inclinação e declinação), 2 barômetros, 4 termômetros (2 ordinários e 2 de máxima e mínima), 1 higrômetro, 1 anemômetro, 1 eletrômetro multiplicador, padrões do sistema métrico nacional e francês, todas as obras necessárias para a execução dos trabalhos do estabelecimento.	Livros de matemática, tábuas astronômicas, atlas celestes, cartas hidrográficas e geográficas, esfera celeste e terrestre em grande. Para evitar grandes despesas as academias passariam para o estabelecimento a livraria, pêndulos, cronômetros, esferas e instrumentos que possui a Academia da Marinha e tudo o que há semelhante na Militar. Somente o que falta é o seguinte, que deve-se comprar na Inglaterra: 1 círculo mural de 1 ou 2 pés de raio, 1 máquina paraláctica guarnecida de eixo, 1 luneta meridiana de 4 pés, com vidros acromáticos, que tenha um eixo de 40 polegadas e um nível, 1 luneta acromática de 5 pés, 1 micrômetro para esta luneta de 5 pés, 1 contador, 1 nível de dois pés, 1 barômetro com suspensão para uso no mar, 1 agulha azimutal, mui simples, 1 quadrante de reflexão, com bons vidros e lunetas, 2 horizontes artificiais de azougue simplesmente, com teto de vidro. Todos os instrumentos devem trazer caixas com letreiros.
6	Ajuda inicial para construção prédio = 10.000\$000 Consignação anual = 4.000\$000 Custo dos instrumentos e utensílios = 10.000\$000 Mais será necessário para comprar todos os instrumentos da lista.	Custo da construção do prédio – depende de onde for a construção Custo dos instrumentos = 3.000\$000 a 4.000\$000 Custo de manutenção e pequenas obras = 30\$000 – 40\$000 por mês

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações da *Memória* (Plano..., 1828)

26 Primeiro eclipse observado cientificamente no Brasil.

27 Referências à vida de Eustáquio Adolfo de Melo Matos, ver: (Biaggi, 2019, p. 58-66).

À parte algumas questões pontuais, o grande problema foi a divergência de opiniões quanto à finalidade do Observatório. Para Eustáquio Matos e Candido Baptista o Observatório deveria servir a comunidade prestando serviços de apoio à navegação e à geodésia, com observações astronômicas e meteorológicas rotineiras e a redação de um anuário com os dados necessários, além de trabalhos em prol da pública utilidade (Morize, 1987, p. 42-43). Já para Maximiano “o Observatório me parece dever destinar-se em particular a um curso prático de Astronomia, que devem seguir os discípulos de qualquer Academia no mesmo ano em que estudarem Astronomia ou Navegação” (Morize, 1987, p. 44). Isto reduziria o projeto a um observatório só para ensino, como os previstos nos regimentos das academias. O Quadro 3 apresenta a comparação entre as respostas resumidas aos quesitos dados por cada relatório.

Os relatórios foram entregues ao ministro do Império em 17 de abril de 1828 e depois ocorreu o mais absoluto silêncio documental sobre o que foi feito com eles. A única menção ao destino do Observatório se encontra no Regulamento do decreto de 9 de março de 1832 (Império do Brasil, 1832) que incorpora a Academia de Marinha à Academia Militar, criando a Academia de Marinha e Militar. No Título XIII – Do Observatório Astronômico, o art. 87 diz:

Art. 87. O Observatório Astronômico mandado criar por Decreto de quinze de outubro de mil oitocentos e vinte e sete, em virtude de Resolução da Assembleia Geral Legislativa, será considerado como estabelecimento pertencente à Academia Militar.

Ou seja, o Observatório deixa de ser um estabelecimento civil, subordinado ao Ministério do Império e passa a ser um estabelecimento militar, subordinado ao Ministério da Guerra. Entretanto, ele continuou não existindo fisicamente conforme se pode ver nas palavras do lente da Academia Militar Manoel José de Oliveira, em ofício datado de 4 de março de 1833, no qual declara a impossibilidade de cumprir os estatutos por falta de um observatório para exercícios práticos de astronomia.²⁸

Mas quais seriam as possíveis causas desse período de completa inatividade por parte do governo, depois da pressa legislativa (demorou quatro meses entre a entrada do memorial e a aprovação final do Senado)?

O motivo principal foi o lamentável estado do Tesouro do Brasil, completamente exaurido com as despesas da Guerra da Cisplatina, na qual foram dispendidos 30 milhões de dólares (valores não atualizados) e foram mortos 8 mil brasileiros (Lustosa, 2007, p. 277). Como consequência da guerra, o Brasil assinou o acordo, em 27 de agosto de 1828, em que cedeu a posse da Colônia do Sacramento (que hoje é o Uruguai). A popularidade do imperador piorou por causa da derrota e a situação política se deteriorou de tal modo que dom Pedro I abdicou, em 7 de abril de 1831, em favor do filho. Não havia clima nem dinheiro para investir na criação de um observatório astronômico. Como fator adicional, de impacto pequeno, Eustáquio de Melo Matos foi nomeado, em 28 de julho de 1828, secretário da Legação do Brasil em Londres (Biaggi, 2019, p. 64), desfalcando a Comissão de Lentes.

Uma situação inusitada ocorreu, quando se transferiu o nome de Observatório do Rio de Janeiro, que não tinha sede e não tinha instrumentos e nem pessoal, só existindo no papel, para o Observatório da Escola Militar que na prática não tinha sede e tinha alguns instrumentos

28 Arquivo Nacional, Série Guerra, IG³ 7 Ofícios de 1832-1833 (apud Robba, 2011, p. 83).

“emprestados”²⁹ do Observatório da Academia dos Guardas-Marinhas quando da anexação desta em 1832. A situação da prática de observações começou a melhorar quando da nomeação do lente Pedro de Alcântara Bellegarde como diretor interino do Observatório da Escola Militar em 1842 (Robba, 2011, p. 83). O Observatório ressurgiu das cinzas em 1845, sendo rebatizado como Imperial Observatório do Rio de Janeiro.

Considerações finais

As instituições científicas não nascem por geração espontânea, elas precisam de um “autor” que proponha a ideia inicial, que depois será materializada na criação da instituição. Muitas vezes é difícil identificar quem propôs a ideia inicial, que permanece oculto ou ignorado, e a pesquisa histórica oferece a oportunidade de resgatá-lo do limbo. Em geral, marca-se a data de fundação por meio de um ato administrativo que formaliza a instituição, e tem-se a impressão errônea de que a instituição teve origem na pessoa que assinou o ato formal. Este parece ser o caso da criação do Observatório do Rio de Janeiro, que na literatura é apresentado como sendo fundado pelo desejo do imperador Pedro I por meio de decreto de 15 de outubro de 1827. É um equívoco considerar Pedro I como mentor da proposta de criação do Observatório Astronômico, embora tenha sido de fato quem assinou o ato formal de criação, como aliás lhe competia. Mas quem teve a ideia inicial?

A resposta está na *Memória* preparada por Candido Baptista, baseada na sua experiência de observatório, como aluno da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, e nas sugestões dadas por François Arago, astrônomo experiente e seu amigo. A *Memória* foi a responsável pelo início do processo de criação do que seria o primeiro observatório “nacional” do Brasil, especificamente dedicado às pesquisas e à prestação de serviços essenciais. Este observatório não previa apoio didático aos alunos das Academias Militares, que Candido Baptista entendia devia ser atendido pelos pequenos observatórios previstos nos regulamentos.

O processo legislativo correu célere nas Câmaras dos Deputados e Senado muito provavelmente por contar com a simpatia de Pedro I, que na sua infância teve como um dos seus professores José Monteiro da Rocha,³⁰ astrônomo que teve enorme influência junto ao marquês de Pombal, tendo participado da elaboração do estatuto de criação da Faculdade de Matemática e de seu Observatório. Nas discussões do Legislativo, não houve questionamento sobre a necessidade, mas sim da oportunidade em face do custo. O Legislativo não entrou em detalhes sobre como deveria ser o observatório, deixando este encargo para uma comissão formada por lentes das academias.

A enorme distância entre as propostas feitas para a estrutura e os objetivos do Observatório revelaram duas linhas de pensamento distintas: os membros ligados ao Exército continuaram com a visão de um órgão destinado a fazer pesquisas e prestar serviços, embora com uma redução notável nas ambições, consideradas excessivas demais para que fossem implantadas, por deficiências claras quanto ao pessoal capacitado disponível e quanto aos custos, muito elevados para as circunstâncias da época. Já a proposta do representante da Marinha era

29 Esse “empréstimo” foi de mão única e não teve devolução (Relatório..., 1855, p. 65).

30 Monteiro da Rocha foi conselheiro do príncipe regente e mestre de seus filhos entre 1801 e 1807 e não quis embarcar com a família real para o Brasil, falecendo em Lisboa em 1819, aos 85 anos (Coimbra, 2022).

pouco ou nada ambiciosa, retratando o desejo da Marinha de ter um observatório para prática dos seus alunos. Além disso, a situação do imperador estava muito desgastada pela derrota do Brasil na Guerra da Cisplatina (1828), cuja deterioração levou a renúncia de Pedro I (1831), e as finanças do Império estavam muito ruins por causa da guerra. Estas circunstâncias foram preponderantes para paralisar a ação do governo, fato que veio “a calhar” com o pensamento de que a construção do Observatório não seria prioritária e poderia esperar, já que as finanças do Império estavam muito ruins e havia a necessidade premente de se economizar. Aliás, esta necessidade de economizar esteve na raiz da tentativa de juntar as duas academias numa só, com a criação da Academia Militar e de Marinha pelo decreto de 9 de março de 1832 (Império do Brasil, 1832).³¹ O decreto, no seu art. 87, considerava o observatório criado como pertencente a Academia Militar. Isto significou que o “Observatório de 15 de outubro”, que não existia, foi absorvido pelo Observatório da Escola Militar, que também não existia na prática. Juntou-se o “nada com o nada” e o resultado foi que nada aconteceu até 1845, quando o ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho, resolveu “dar vida” ao Observatório da Escola nomeando Soulier de Sauve (Relatório..., 1845), diretor do Observatório (1845-1850), iniciando o processo de sua instalação no antigo Convento dos Jesuítas, no morro do Castelo. O observatório do Castelo recebeu o nome de Imperial Observatório do Rio de Janeiro e ganhou um regulamento, pelo decreto n. 457, de 22 de julho de 1846 (Império do Brasil, 1846).

Candido Baptista ficou muitos anos envolvido com a administração pública, tendo sido ministro de várias pastas, além de ter exercido cargos diplomáticos, mas nunca se afastou completamente da astronomia e a prova disso é que chefiou a missão do Imperial Observatório para observação do eclipse total do Sol de 7 de setembro de 1858, em Paranaguá, Paraná, que foi a primeira missão³² científica feita pelo Observatório. Os resultados foram muito bons e saíram publicados na revista *Astronomische Nachrichten*³³ (D’Oliveira et al., 1858).

Após 18 anos, a ideia de Candido Baptista de Oliveira de criar um observatório nacional foi concretizada e nada mais justo do que reconhecer o seu papel de criador do atual Observatório Nacional, introduzindo o seu nome na história. Parodiando o ditado “a Cesar o que é de Cesar”, pode-se dizer “a Candido o que é de Candido”.

Referências bibliográficas

BIAGGI, M. V. C. *A missão diplomática do Brasil em Londres: contribuição ao estudo da formação da diplomacia brasileira (1822-1832)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acesso em: 26 de out. 2021.

31 Esta fusão só durou dois anos, sendo desfeita em fins de 1833 (Império do Brasil, 1833), voltando ao *status* anterior com as duas academias separadas.

32 Emmanuel Liais participou como convidado e se tornou o diretor do Imperial Observatório em 1870 a convite de Pedro II.

33 A revista é considerada a primeira no mundo dedicada inteiramente à astronomia.

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*, n. 20, p. 258, 30 maio 1827.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*, n. 21, p. 269, 31 maio 1827.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*, n. 32, p. 400, 19 jun. 1827.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*, n. 49, p. 654, 11 jul. 1827.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*, n. 50, p. 679, 12 jul. 1827.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*, n. 51, p. 693, 13 jul. 1827.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*, n. 52, p. 696-701, 14 jul. 1827.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*, n. 54, p. 739, 17 jul. 1827.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*, n. 55, p. 751, 18 jul. 1827.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário da Câmara dos Deputados*, n. 40, p. 6-8, 12 jun. 1830.
- CÂMARA DOS SENADORES. *Anais da Câmara dos Senadores*. Disponíveis em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp. Acesso em: 1 de out. de 2021.
- CÂMARA DOS SENADORES. *Anais da Câmara dos Senadores*, n. 35, p. 347, 19 jul. 1827.
- CÂMARA DOS SENADORES. *Anais da Câmara dos Senadores*, n. 44, p. 462, 11 ago. 1827.
- CÂMARA DOS SENADORES. *Anais da Câmara dos Senadores*, n. 46, p. 484, 17 ago. 1827.
- CÂMARA DOS SENADORES. *Anais da Câmara dos Senadores*, n. 62, p. 633, 25 set. 1827.
- CÂMARA DOS SENADORES. *Anais da Câmara dos Senadores*, n. 63, p. 635-636, 638, 639, 27 set. 1827.
- CAMPOS, J. A. de. Vulcano: desejo ou realidade? In: Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, 1., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 261-273. Resumo estendido disponível em: www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh1/Artigos.html. Acesso em: 30 de set. 2021. DOI: 10.13140/RG.2.2.33299.30241.
- CAMPOS, J. A. de. *Engenheiros e astrônomos: o ensino de astronomia aplicada e a prática de astronomia observacional na Escola Politécnica/Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro (1874-1965)*. Tese (Doutorado em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CAMPOS, J. A. de; SANTOS, N. P. dos. A astronomia nas propostas de criação de universidades no Império do Brasil. In: Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências, 2011, Coimbra, Portugal. *Livro de Actas*, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011a. p. 1093-1105. Disponível em: http://www.uc.pt/congressos/clbhc/livro_de_actas/. Acesso em: 30 set. 2021.
- CAMPOS, J. A. S. de; SANTOS, N. P. dos. Academia Real dos Guardas-Marinhas: os primórdios do ensino da astronomia no Brasil. In: Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, 4., 2011. *Anais...*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2011b. p. 396-401 Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/Scientiarum%20Hist%C3%B3ria%20IV-alt2.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021. DOI: 10.13140/RG.2.2.20280.57606.
- CAROLINO, L. M. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a definição de um gênero científico no Brasil em inícios do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n.64, p. 251-278, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/c3nrRQpngMncVTBRqV8W57B/>. Acesso em: 18 out. 2021.
- CHRISTEN, C. Les leçons et traités d'astronomie populaire dans le premier XIXe siècle. *Romantisme*, n. 166, p. 8-20, 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-romantisme-2014-4-page-8.htm>. Acesso em: 18 out. 2021.
- COIMBRA, Universidade de. José Monteiro da Rocha (1734-1819). In: Universidade de Coimbra. *História da ciência na UC*. 2022. Disponível em: https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/ROCHA_josemonteiroda. Acesso em: 10 jan. 2022.
- D'OLIVEIRA, C. B. et al. Relation des travaux exécutés par la commission astronomique chargée par le Gouvernement

- Impérial d'observer dans la ville de Paranaguá l'éclipse totale de soleil qui a eu le 7 septembre 1858. *Astronomische Nachrichten*, v. 49 (18-19), n. 1170-1171, p. 275-301, 1858. Pesquisar dentro de <https://articles.adsabs.harvard.edu>. Acesso em: 20 out. 2021.
- ELIAS, S. S. R.; MARTINS, D. R.; MOREIRA, I. de C. A ciência luso-brasileira na Europa iluminista do século XVIII. *Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v.8, n. 3, p. 160-184, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325663272_A_CIENCIA_LUSO-BRASILEIRA_NA_EUROPA_ILUMINISTA_DO_SECULO_XVIII. Acesso em 18 out. 2021.
- FIGUEIREDO, F. B. O Observatório Astronômico (1772-1837). In: FIOLHAIS, C.; SIMÕES, C.; MARTINS, D. (eds.). *História da ciência na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 43-64.
- FOURCY, A. *Histoire de L'École Polytechnique*. Paris: École Polytechnique, 1828. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Histoire_De_L_%C3%A9cole_Polytechnique/Q4MRzwEACAAJ?hl=pt-BR. Acesso em: 18 out. 2021.
- GUIMARÃES, M. F. de A. *Elementos de astronomia para uso dos alunos da Academia Real Militar*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1814.
- IMPÉRIO DO BRASIL. Ministério da Marinha. Decisão n. 9 de 5 de maio de 1808. Manda estabelecer a Real Academia de Guardas-Marinhas no Convento de S. Bento. 1808. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 10 out. 2021.
- IMPÉRIO DO BRASIL. Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. Cria uma Academia Real Militar na Corte e Cidade do Rio de Janeiro. 1810. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 10 out. 1921.
- IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto de 15 de outubro de 1827. Cria um Observatório Astronômico. 1827. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 10 out. 2021.
- IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto de 9 de março de 1832. Reforma a Academia Militar da Corte incorporando nela a dos Guardas Marinhas; e dá-lhe novos estatutos. 1832. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 10 out. 2021.
- IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto de 22 de outubro de 1833. Separa a Academia de Marinha da Academia Militar da Corte e dá novos estatutos. 1833. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 10 out. 2021.
- LEITE, M. A. da S. Resultado e detalhe da observação do Eclipse do Sol que foi inteiramente visível naquela cidade [Rio de Janeiro] no dia 16 de junho de 1825; e as Observações ahi feitas dos satellites de Jupiter no anno de 1827. *Memórias da Academia de Sciencias de Lisboa*, t. X, parte 2, p. XI-XII, 1830.
- LUSTOSA, I. D. *Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MACEDO, J. M. de. Discurso do orador Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 28, parte segunda, p. 343-370, 1865.
- MORIZE, H. *Observatório Astronômico: um século de história (1827-1927)*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Salamandra, 1987.
- MOURÃO, R. R. de F. *Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- OBSERVATÓRIO DA MARINHA. Memórias astronômicas: Observatório da Marinha, 1798- 1803. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 163, n. 416, p. 231-274, 2002.
- PARECER da Comissão de Instrução Pública, sessão de 19 de junho de 1827. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, p. 106, 1827. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- PLANO para o estabelecimento de um Observatório Astronômico nesta Corte. *Diário Fluminense*, Niterói, p. 105-107, 1º fev. 1828. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 21 de out. 2021.
- REIS, A. E. dos. *Observatório Real da Marinha*. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2009.

RELAÇÃO de alunos das faculdades de matemática e filosofia premiados na Congregação de 29, 30, 31 de julho de 1822. *Diário de Governo*, Lisboa, n. 231, p. 1930-1931, 1º out. 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 18 out. 2021.

RELATÓRIO do ano de 1828, apresentado a Assembleia Geral em 30 de maio de 1829. Ministro Miguel de Souza Mello e Alvim. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1828. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/marinha>. Acesso em: 22 jan. 2010.

RELATÓRIO e proposta do ano de 1829 apresentados a Assembleia Geral Legislativa em 25 de maio de 1830. Ministro Francisco Vilela Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1829. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/marinha>. Acesso em: 22 jan. 2010.

RELATÓRIO do ano de 1844, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na sessão de 14 de maio de 1845. Ministro Jeronimo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: 1845. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>. Acesso em: Acesso em: 31 ago. 2010.

RELATÓRIO do ano de 1855 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 9ª Legislatura. Ministro João Maurício Wanderlei. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1855. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/marinha>. Acesso em: 31 out. 2010.

ROBBA, O. da R. *Entre a prática de ensino e os afazeres militares: a construção do Imperial Observatório do Rio de Janeiro entre 1827 e 1870*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SCAVARDA, L. A Escola Naval através do tempo. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, v. XIV, p. 9-294, 1955.

SILVA, J. C. e. *A Faculdade de Matemática (1772-1911)*. In: FIOLEAIS, C.; SIMÕES, C.; MARTINS, D. (eds.). *História da ciência na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 9-17.

Recebido em fevereiro de 2022

Aceito em julho de 2022